

AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS E SOCIOAMBIENTAIS, NO POVOADO AREIA BRANCA, NO MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE.

BARRETO, Ricardo Luiz Costa
ricardolcbarreto@yahoo.com.br

SANTOS, Auxiliadora Moraes
auxiliadora.m.s@hotmail.com

SANTOS, Carla Norma Correia.
Graduado em Geografia, MSc., Professora do Curso de Geografia:
Licenciatura Plena da Universidade Tiradentes – UNIT.
carlanorma@uol.com.br

RESUMO

O processo de urbanização moderno teve início na Europa, no século XVIII, acarretando problemas sociais, econômicos e ambientais, provocando uma macrocefalia urbana, pois o crescimento urbano acelerado aumentou a mendicância, as favelas e a criminalidade, devido à ausência de planejamento urbano, pois a migração campo-cidade acarretava a crescente segregação espacial levando a população de baixa renda a residir em bairros com poucos ou nenhuns serviços públicos de infra-estrutura. Este efeito é também visto no povoado Areia Branca, localizado na zona de expansão do município de Aracaju no estado de Sergipe. Assim esta monografia tem como objetivo analisar as transformações espaciais, socioeconômicas e ambientais do povoado, sendo de fundamental importância o processo de produção do espaço, para não colocar em xeque a forma de parcelamento do solo e também no esforço de suprir a escassez de bibliografia sobre esta aglomeração.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização. Expansão Urbana. povoado Areia Branca. Aracaju. Infra-estrutura. Zona de Expansão.

1 INTRODUÇÃO

Embora as cidades tenham surgido há mais de 3.500 anos a.C., o processo de urbanização moderno teve início no século XVIII, em consequência da Revolução Industrial, desencadeada primeiro na Europa e, a seguir nas demais áreas de desenvolvimento do mundo atual promovido pela industrialização, acarretando problemas socioeconômicos e ambientais.

O mundo passou por uma modificação dinâmica, onde os hábitos e costumes exigiram a presença de um sistema de transportes e comunicações, capazes de possibilitar a fluidez por todo o território de mercadorias, de pessoas e de informação.

A industrialização, num primeiro momento gerou postos de trabalho nos centros urbanos e provocou um intenso fluxo migratório da população do campo para as cidades. Em um segundo momento, devido à concentração fundiária, mecanização rural, implantação de novas tecnologias agregadas à agricultura e o surgimento da agroindústria levou à diminuição dos postos de trabalho no campo, provocando alterações nas relações de trabalho e ocasionando o êxodo rural.

Dessa forma, deu-se uma macrocefalia urbana caracterizada pelo crescimento acelerado dos centros urbanos, principalmente nas metrópoles brasileiras, se assemelhado ao dos demais países subdesenvolvidos, onde se observa um acentuado desequilíbrio das condições e da qualidade de vida entre o campo e a cidade. Assim, ocorreu um acelerado processo de urbanização que ocasionou o aumento do desemprego, do subemprego, da mendicância, de favelas e da criminalidade. Carlos (2003, p.27) descreve que:

A análise do urbano aponta para a discussão da totalidade; isto é, da sociedade urbana como uma realidade que se generaliza, na medida em que o processo vai da cidade à metrópole numa escala muito mais vasta que antes, e que diz respeito à sociedade inteira: isto é, a sociedade inteira torna-se urbana, num processo que se desenvolve com profundos conflitos.

O processo de urbanização ocorrido no Brasil assemelha-se ao dos demais países subdesenvolvidos e gerou acentuados desequilíbrios nas condições e na qualidade de vida entre o campo e a cidade. Igualmente, ocorreu um acelerado processo de urbanização que levou ao aumento da mendicância, das favelas e da criminalidade.

O desenvolvimento dos setores secundário e terciário da economia não acompanhou o ritmo da urbanização, que associado às fragilidades de uma política de planejamento urbano eficiente, ocasionou problemas socioeconômicos e ambientais decorrentes da migração campo-cidade. Assim, observa-se um crescente processo de segregação espacial, em que a população de menor poder aquisitivo é obrigada a residir em bairros que não possuem serviços públicos de infra-estrutura básicos, caracterizando um espaço marginal. Para Villaça (1998, p. 141):

Uma das características mais marcantes da metrópole brasileira é a segregação espacial dos bairros residenciais das distintas classes sociais, criando-se sítios sociais muito particulares, e o conceito de Milton Santos é útil tanto para a análise dos bairros residenciais produzidos pela e para a burguesia como também das áreas comerciais que elas igualmente produzem, para si.

A cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, localizada no litoral do Nordeste Brasileiro, é um município que nas últimas quatro décadas, vem apresentando um crescimento populacional acelerado devido à instalação de diversas empresas da iniciativa pública e privada, ocasionando a expansão urbana intensa que se reflete na modificação da paisagem (Figura 1 e 2), gerado entre outros fatores pela migração populacional.

Este padrão de modificação da paisagem é também visível no povoado Areia Branca, localizado no centro-oeste da zona de expansão do município de Aracaju, juntamente com os bairros Aruana e Robalo e os povoados São José e Mosqueiro.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as transformações espaciais e socioambientais no povoado Areia Branca e como objetivos específicos, pretende-se: caracterizar os elementos da paisagem; avaliar os padrões de moradia, da infra-estrutura e dos serviços urbanos no Povoado; identificar o perfil dos moradores da comunidade e analisar os impactos ambientais que estas mudanças têm provocado no Povoado.

Este estudo é de fundamental importância, devido à necessidade de se pensar o processo de produção do espaço numa perspectiva de mudança que envolve a análise das desigualdades sociais e a degradação ambiental, colocando em xeque as formas de produção, expressas no parcelamento do solo urbano e, conseqüentemente, nas formas de uso. O estudo justifica-se ainda pelo esforço de suprir a escassez de material bibliográfico referente ao povoado Areia Branca.

Para realização deste trabalho utilizou-se do método de pesquisa-diagnóstica, subdividido em duas partes, na primeira estão descritos os elementos que deverão dar suporte para estruturação do trabalho, na interpolação fundamentada em diversos referenciais teóricos. Na segunda parte, estarão descritos os resultados de toda a pesquisa realizada no povoado Areia Branca, com as respectivas análises para que a partir de um modelo geral seja possível reconhecer uma situação particular no aspecto das condições de mutabilidade.

Os procedimentos metodológicos foram pautados no levantamento de material bibliográfico; visita técnica à comunidade; visita a órgãos públicos para coleta de informações; aplicação de questionário junto à comunidade pesquisada; compilação e tabulação de dados levantados e elaboração da Monografia.

2 A CIDADE E A QUESTÃO URBANA

O processo de urbanização ocorre com o deslocamento de um grande contingente de pessoas que migram da área rural para os centros urbanos. Para que um país, estado ou município seja considerado urbanizado, a quantidade de pessoas que vivem nas cidades deve ser superior a quantidade que vive no campo. Silva (1997, p.94) identificou esse aspecto afirmando que:

A urbanização resulta fundamentalmente da transferência de pessoas do meio rural (campo) para o meio urbano (cidade). Assim, a idéia de urbanização está intimamente associada à concentração de muitas pessoas em um espaço restrito (a cidade) e na substituição das atividades primárias (agropecuária) por atividades secundárias (indústrias) e terciárias (serviços). Entretanto, por se tratar de um processo, costuma-se conceituar urbanização como sendo "o aumento da população urbana em relação à população rural", e nesse sentido só ocorre urbanização quando o percentual de aumento da população urbana é superior a da população rural.

A Revolução Industrial teve início na Inglaterra, após a segunda metade do século XVIII, e no resto da Europa no começo do século XIX, dando início a urbanização moderna e alavancando um processo de modernização dos sistemas econômicos e modificando a ocupação do espaço.

A urbanização dos países desenvolvidos ocorre de forma gradativa, impulsionada pelo crescimento da atividade industrial. Nos países subdesenvolvidos o processo industrialização ocorreu de forma acelerada e desordenada, atrelado às precárias condições de vida.

No Brasil, a industrialização teve início no primeiro governo do presidente Getúlio Vargas na década de 1930, e acelerou-se no seu segundo governo na década de 1950 quando desencadeou a modernização da economia e o crescimento acelerado da urbanização.

A modernização da agricultura ocasionou o aumento do desemprego nas áreas rurais e promoveu a migração da população para os centros urbanos. A velocidade desses acontecimentos contribuiu para o surgimento dos conflitos urbanos, acentuando as desigualdades sociais e as questões da segregação socio-espacial.

O Brasil urbano se firma a partir de 1980, quando os grandes centros urbanos assumem posição de destaque no consumo e na circulação de mercadorias. Entretanto observa-se uma depreciação da qualidade de vida nas cidades, traduzida entre outros aspectos, pelo agravamento dos níveis de degradação ambiental e de exclusão sócio-espacial.

Dessa maneira instalou-se um modelo de industrialização desigual e excludente, que exige a definição de novas estratégias de planejamento de uso e construção do espaço urbano, uma vez que o modelo de planejamento utilizado não tem correspondido às novas dinâmicas e necessidades na sociedade. Sena (2000, p. 315) declara que:

O crescimento rápido de algumas cidades, que acaba culminando no fenômeno da metropolização, é resultado da incapacidade de criação de empregos, seja na zona rural, seja em cidades pequenas e médias, o que força o deslocamento de milhões de pessoas para a cidade que polarizam a economia de cada país.

A urbanização brasileira foi impulsionada pela concentração de investimentos do Governo Federal, até meados da década de 1970, em algumas áreas do país, sobretudo na região Sudeste, que se tornou o grande pólo industrial do Brasil. Dessa maneira algumas áreas passaram a atrair um enorme contingente de trabalhadores desqualificados e excluídos do mercado de trabalho. Tal situação ocasiona o crescimento da economia informal, expansão das favelas e a ocupação da periferia das grandes cidades.

2.1 Segregação Sócio-espacial: Uma Dinâmica Constante na Cidade Capitalista

O tema da segregação sócio-espacial está relacionado com questões referentes ao fenômeno de urbanização, que acentuou as desigualdades sociais, surgindo então, os espaços segregados e fechados. A segregação vem ganhando nova forma habitacional em função dos interesses dos agentes produtores do espaço urbano, como afirma Santos (1993, p. 96):

Criam-se sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outros mais valorizados. Por isso são atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda. É desse modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo.

Segundo Moreira (2004) no Brasil, o processo de urbanização foi muito rápido, pois em 1950 cerca de 64% da população ainda vivia no campo e, apenas vinte anos depois, a população urbana já era a maioria no total do país, alcançando a cifra de 56%. Com a expansão da atividade industrial, a população urbana passa a frente da população rural, fazendo com que houvesse transformações no cenário das cidades.

Na visão de Vainer (1998, p. 33-46), essas desigualdades acarretam uma forma de ocupação onde os habitantes se fecham em determinadas áreas, segundo o poder, o status ou a riqueza que detêm. Condomínios fechados de luxo, conjuntos habitacionais populares e favelas vizinhas a bairros de classe alta são exemplos claros e frequentes nas grandes metrópoles.

Visíveis ou não, as barreiras que separam os habitantes de uma mesma cidade fragmentam o espaço construído, e definem o que se pode chamar de segregação espacial.

A partir dessas transformações as cidades passaram a ganhar uma nova forma e a necessitar de maiores investimentos em serviços de infra-estrutura, sobretudo com a expansão horizontal das cidades. Assim, extensas áreas das periferias urbanas carecem de infra-estruturas básicas, como iluminação pública, rede de abastecimento de água, esgotamento sanitário, sistema de transporte coletivo e posto de saúde.

A população de baixa renda é excluída das áreas bem atendidas pela infra-estrutura e equipamentos públicos, alojando-se nas periferias, em geral em áreas de risco e insalubres, acentuando-se as desigualdades sociais existentes. Dessa maneira, a precariedade dos serviços públicos aumenta os gastos da população que vive nas áreas mais afastadas dos centros urbanos, que precisa de melhores salários para o atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência.

2.2 Os Agentes Promotores do Espaço Urbano

De acordo com Corrêa (1999), a produção do espaço é resultante da atuação de cinco agentes: os proprietários industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os excluídos. Na medida em que a terra urbana ganha mais valor do que o espaço, alguns empresários estão interessados somente na expansão da cidade como forma de obtenção e ampliação do lucro. Para isso, a valorização dos seus imóveis é muito importante e suas ações são atreladas às intervenções do Estado, apropriando-se das vantagens resultantes dos investimentos

públicos na implantação da infra-estrutura urbana que confere valor adicional com sua terra, desencadeando assim, a especulação imobiliária. Analisando esse processo, Campos Filho (1979, p.31) afirma:

O espaço urbano resulta de um processo de desenvolvimento social, no qual diferentes atores e agentes sociais desempenham seus papéis, cada qual marcando sua intervenção, de acordo com seus próprios interesses objetivos. Estes atores são, fundamentalmente, as classes dominantes, as classes dominadas e o Estado.

Para Santos (1993, p. 37), as áreas produzidas pela e para a burguesia são também produzidas pela ação do Estado no espaço urbano (em seus três níveis de governo, particularmente o municipal), e a especulação imobiliária deriva da ação dos agentes imobiliários, principalmente da atuação do Estado no atendimento às demandas das classes altas e médias, provendo de acessibilidade, de infra-estrutura urbana e de equipamentos sociais esses espaços ou sítios sociais. Dessa forma, sua ação valoriza uma área mais que outra, contribuindo para a segregação sócio-espacial.

Ao parcelar, ou permitir o parcelamento da cidade, de forma desordenada, criando espaços vazios, o Poder Público se alia aos especuladores imobiliários. É a lógica da desordem, tão bem retratada por Camargo (1976, p.21-61), que afirma que a especulação imobiliária:

Adota um método próprio para parcelar a terra da cidade. Consiste no seguinte: um novo loteamento nunca é aberto na vizinhança imediata do anterior, já provido de serviços públicos. Ao contrário, entre o novo loteamento e o último já equipado, deixasse uma área de terra vazia, sem lotear. Completado o novo loteamento, a linha de ônibus que o serviria seria, necessariamente um prolongamento, a partir do último centro equipado. Quando estendida, a linha de ônibus passa pela área não loteada, trazendo-lhe imediata valorização. O mesmo ocorre com os demais serviços públicos: para servir o ponto extremo loteado, passam por áreas vazias, beneficiárias imediatas do melhoramento público. Desta forma, transfere-se para o valor da terra, de modo direto e geralmente antecipado, a benfeitoria pública.

Portanto, fica claro que a questão da segregação sócio-espacial se difunde, principalmente, com a ajuda dos agentes modeladores do espaço urbano, que atuam de forma ampla, através da inserção de infra-estrutura e de serviços urbanos. Nas grandes cidades o processo de urbanização fortaleceu as empresas imobiliárias e fez surgir várias áreas de especulação. Com a ascensão do capital privado no país e o enfraquecimento do Estado nos investimentos em políticas públicas, foram desenvolvidas muitas ações, voltadas para o planejamento urbano, o qual passou a ter grandes influências das empresas imobiliárias.

De acordo com Santos (1985), a atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista e para Villaça (1998), na medida em que outros setores do espaço produzem conjuntos habitacionais populares, a segregação é um processo segundo os quais diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais, ou conjuntos de bairros e metrópoles.

Da ação dos agentes produtores e consumidores do espaço surgem formas de ocupação diversas que resultam em segregação. Quando se fala em segregação socio-espacial entende-se como distanciamento, isolamento, descontinuidade da malha urbana, tendo se mostrado constante na urbanização, ganhando formas diferenciadas a partir de um determinado espaço, tempo e sociedade.

Entretanto constata-se que nas áreas dotadas de infra-estrutura a valorização da terra é maior, o que implica na sua ocupação por uma camada da população de renda mais elevada. Assim a nova forma de viver se caracteriza pelo isolamento e distanciamento dos conflitos e problemas urbanos sempre presentes nas cidades capitalistas desiguais e contraditórias.

Na realidade a segregação é um fenômeno que acentua a tendência a uma organização seletiva do espaço por status de renda, em áreas de forte homogeneidade social interna e de grande diferenciação entre elas. Esse processo é uma cristalização das disparidades entre classes sociais, freqüentes nos centros urbanos, onde as disparidades são cada vez maiores.

2.3 A Urbanização e a Produção do Espaço Social em Aracaju

A segregação sócio-espacial também atinge o município Aracaju, onde a urbanização dá seus primeiros sinais de segregação no século XIX, expressando-se na distribuição residencial e na aglomeração de um determinado grupo econômico em espaços privilegiados.

Os primeiros sinais de segregação já apareciam ainda no século XIX, com a ocupação do “Quadrado de Pirro” após a fundação da cidade. A Resolução Provincial 418, que transferiu a capital de São Cristóvão para Aracaju, também definia condições para as construções, estabelecendo que no “Quadrado” só poderiam ser construídas casas com coberturas de telha.

Assim, formou-se um labirinto tortuoso de ruas que ocuparam o cordão de dunas situado a oeste, onde passou a viver uma população pobre, remanescente de antigos escravos libertos, vindos do interior. Já a elite, morava junto ao núcleo de alto poder e habitando generosos casarões ao longo da Avenida Ivo do Prado, uma vez que era ali que estava implantada a área de poder e prestígio.

De acordo com dados do Arquivo Público de Sergipe, a ocupação da cidade aprofundou ainda mais o processo de segregação. Os espaços foram diferenciados de acordo com suas funções e com a classe econômica dos moradores. Nessa época, os arredores do centro da

cidade eram habitados por uma população mais abastada, enquanto os operários se instalavam no Bairro Industrial e os pobres se aglomeravam nas áreas mais periféricas em direção do noroeste.

Para Loureiro (1983), a segregação social na década de 1930, na cidade de Aracaju é configurada através do mecanismo em que “o preço da terra bem como acesso às facilidades urbanas (água, vias calçadas ou empiçarradas, praças, energia etc.), favorecem principalmente aqueles que possuem melhores condições financeiras”.

Nesse intervalo, da década de 1930 até meados da década de 1960, a cidade de Aracaju se desenvolveu na direção sul, ocupada por residências da elite que se afastaram do centro, dando lugar a classe média e ao comércio. Os bairros Treze de Julho, Grageru e São José receberam investimentos do poder público com a instalação de infra-estrutura e a abertura do sistema viário, favorecendo a proliferação das residências.

A década de 1960 é o momento que o país passa por uma séria crise econômica, restringindo o incentivo à expansão urbana, acelerando o surgimento de favelas em algumas zonas periféricas da cidade de Aracaju, conduzidas pela população imigrante (CARVALHO, 1982).

Assim a organização espacial da cidade passou a ser regulamentada a partir de 1966 com a promulgação do “Código de Obras e Urbanismo”, instrumento de planejamento para ordenamento e uso e ocupação do solo. Segundo Loureiro (1983), nesse período, fruto de um constante crescimento populacional e urbano, vários empreendedores imobiliários já estocavam terras para futuros empreendimentos, esperando sua valorização para venda e obtenção de lucro. Dois anos depois, o fenômeno da especulação imobiliária ganha um novo rumo, quando ocorre o “boom” do mercado imobiliário de Aracaju, reflexo do milagre brasileiro.

O crescimento das grandes cidades ocorreu não apenas pela ampliação do solo urbano, mas também pela expansão da mancha urbana. Junto com o crescimento das grandes cidades, ocorreu o crescimento da população, de uma forma acelerada, sendo que a oferta de emprego, habitações, infraestrutura-urbana e serviços sociais, não acompanharam este crescimento.

Segundo França (1999), ao estudar o crescimento urbano da capital sergipana, evidencia que a condução desse processo se intensificou a partir de meados da década de 1960, com uma conjugação entre setor público e iniciativa privada que promoveu uma intensa ocupação do solo urbano, tanto pela população de alta renda, que tende a ocupar a porção sul da cidade, como pela população de baixa renda que tende a se situar na zona norte.

3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O CASO DO POVOADO AREIA BRANCA EM ARACAJU

3.1 Caracterização do Povoado Areia Branca

O povoado Areia Branca esta localizado na zona de expansão do município de Aracaju, aproximadamente 25 km do centro urbano da capital do Estado de Sergipe. Seu principal ponto urbanizado situa-se as margens do rio Santa Maria, nas coordenadas 11°03'50"S e 36°08'15"W, com altimetria de 8 metros positivos e com área aproximada de 13,475 km², limitando-se ao norte com o povoado São José, a leste com o Oceano Atlântico, ao sul com o povoado Mosqueiro e Matapoa e a oeste pelo rio Santa Maria que é um dos afluentes do rio Vaza Barris (Figura 3).

Nessa área os tipos climáticos são os megatérmico úmido e sub-úmido com moderada deficiência no verão, temperatura média anual entre os 26° C e período chuvoso de março a agosto com precipitação média anual de 1.590mm. O solo do Povoado é constituído por cinco tipos: os depósitos marinhos de areia quartzosa que compoem a maior parte do solo; depósitos fluviais (várzeas), o segundo em volume da composição e; os demais intercordões litorâneos, depósitos flúvio-marinhos (mangue) e dunas, compoem uma pequena parte.

A geomorfologia é composta pela planície flúvio marinha e planície marinha, com relevo dissecado e aprofundamento de drenagem muito fraca e extensão de suas formas. A vegetação original eram os campos limpos e sujos e vegetações higrófitas (campos de várzeas e manguezais), porém a vegetação de reflorestamento é composta de palmeiras e *anacardium occidentale* (cajueiro), existindo áreas remanescentes de mangues, ao norte.

3.2 Uso e Ocupação do Solo no Povoado Areia Branca

Segundo o conhecimento popular nativo, o povoado Areia Branca formou-se por famílias quilombolas e indígenas por volta de 200 anos atrás e aos poucos foram se miscigenando. Na área não existiam donos de terras, apenas posseiros que viviam do extrativismo e pequenas lavouras voltadas para a subsistência, com o excedente sendo comercializados ou trocados por outros bens.

Com o decorrer dos anos o povoado Areia Banca teve sua produção voltada ao plantio do coco-da-baia direcionado à indústria e mandioca transformada em farinha pelos próprios nativos, onde existia na época cerca de 20 casas de farinha no Povoado. Nessa área

também são produzidos excedentes agrícolas de hortifrutigranjeiros como, melancia, tomate, de quiabo, de batata-doce, entre outros, que são comercializados tanto em São Cristóvão quanto em Aracaju, citando ainda a produção de pescado.

Até o final da década de 1950 não havia infra-estrutura pública de nenhuma natureza em Areia Branca, portanto não havia estrada, escola, saúde pública, energia elétrica etc. Com a abertura da Rodovia dos Náufragos, no início da década de 1960, pelo Governador Leandro Maciel, o fluxo de população do Povoado para cidade foi facilitado. Assim, aos poucos o povoado Areia Branca começou a receber as infra-estruturas pública como transporte coletivo, energia elétrica, escola do nível fundamental, posto de saúde, telefonia fixa e móvel, e abastecimento de água tratada.

Acompanhando a melhoria da infra-estrutura, a partir da década de 1980, o perfil do povoado começou ser alterado, tanto socialmente, economicamente e ambientalmente, o que provocou mudanças no uso e ocupação do solo. Inicialmente, o solo antes utilizado para produção de produtos agropecuários, passou a ser mercadoria para especulação imobiliária com a abertura de loteamentos irregulares, vendidos para fins de segunda moradia da população urbana de Aracaju.

Atualmente a ocupação passou a ser para residência fixa na sua maioria, alterando a divisão espacial, trazendo uma dicotomia no perfil das propriedades, da população (Figura 4, 5 e 6) Nessa área a especulação imobiliária ganha força, através da segregação dos espaços, devido a um trabalho de elitização da região sul do município de Aracaju, movida pelo discurso paradigmático da procura por melhor qualidade de vida, pela implantação áreas de loteamentos abertos ou fechados (condomínio), destinadas à população de melhor renda ou de alto poder aquisitivo.

3.3 Dicotomia da Ocupação do Espaço e os Problemas da Infra-estrutura no Povoado Areia Branca

Atualmente a distribuição espacial das propriedades se encontra da seguinte forma: as áreas de parcelamento regular, com os condomínios fechados de alta renda (Figura 7) estão localizadas na sua maioria na faixa litorânea, com infra-estrutura de segurança particular, iluminação pública, água tratada, ruas pavimentadas e emprega a população local, da qual as mulheres são empregadas domésticas e diaristas e os homens ocupam-se dos serviços gerais; os loteamentos abertos são dotados de infra-estrutura mínima (Figura 8) composta de iluminação pública, água tratada e ruas delimitadas por meio-fio e, as áreas de parcelamentos irregulares (Figura 9), encontra-se as chácaras, os sítios e os lotes de tamanhos variados, ruas sem pavimentação e de largura irregular.

Assim, identificou-se no povoado os problemas relacionados à infra-estrutura pública e ao meio ambiente. Com relação à infra-estrutura pública foram relacionados alguns problemas como os de saúde pública, que apresenta uma estrutura insuficiente para atender a população, pois na área existe apenas um posto de saúde que funciona de segunda-feira a sexta-feira das 7 às 17 horas, obrigando a população a deslocar-se para Aracaju em caso de emergência.

Em relação à educação, em Areia Branca falta escola de nível médio para atender a população dessa faixa de escolaridade. Essa deficiência leva à população ao deslocamento para outros aglomerados urbanos, cujo ônus tem sido paga pela população mais carente. No Povoado o transporte coletivo é insuficiente para atender a demanda crescente e a precariedade de ruas

sem pavimentação, recobertas com material argiloso, no verão produz poeira e no inverno lama, dificultando o deslocamento dos transeuntes.

O abastecimento de água de grande parte da população local, desde os primórdios é feito através de poços artesianos, e mesmo após a implantação de rede pública devido à má qualidade e disponibilidade no abastecimento de água. Na segurança pública a insuficiência no atendimento, pois segundo os moradores a criminalidade vem aumentando na região do povoado.

O meio ambiente do povoado Areia Branca vem passando por um processo de degradação, sobretudo no litoral, nos manguezais e nos mananciais de água, uma vez que o aumento da população nessa área contribui para o aumento da geração dos resíduos sólidos além do esgotamento sanitário, depositando estes efluentes de forma inadequada.

Segundo informações coletadas junto à associação de moradores e comparadas com as fornecidas no posto de saúde do Povoado, a população é de 4.517 moradores fixos, distribuídas em 1.251 famílias, das quais 1.209 pessoas estão na faixa etária de zero a 14 anos; 373 pessoas, de 15 a 19 anos; 2.607 pessoas de 20 a 59 anos e; 328 pessoas têm 60 ou mais anos (Tabela 1, Figura 10).

No Povoado existe 1.251 residências cadastradas no posto de saúde, sendo 1.230 de alvenaria, 19 de taipa revestida e 2 de taipa não revestida (Tabela 2, Figura 11). Do total de residências, 1.203 possui energia elétrica e 48 sem energia elétrica (Tabela 3, Figura 12); 521 usam água filtrada, 16 fervida, 132 clorada e 582 sem tratamento (Tabela 4, Figura 13). No que se refere ao destino do lixo, 811 residências utilizam o sistema público de coleta, 420 queimam ou enterram o lixo e 20 deposita os resíduos a céu aberto (Tabela 5, Figura 14).

Os dados fornecidos pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Florentino Meneses, os alunos estão divididos entre turnos, dos quais 274 da manhã, tarde 240 e noite 82, perfazendo um total de matrículas de 596 (Tabela 6, Figura 15).

As informações foram obtidas através de perguntas (Anexo 2) em 40 questionários distribuídos de forma aleatória entre a população, que atendeu os requisitos de densidade demográfica e obrigatoriedade de ser maior de 18 anos, resultado nas seguintes respostas:

Deste universo pesquisado: 16 foram respondidos pelo gênero masculino e 24 feminino; na faixa etária até 20 anos foi respondido por 3 pessoas, 10 pessoas dos 20 aos 30 anos, 13 pessoas dos 30 aos 40 anos, 6 pessoas dos 40 aos 50 anos, 7 pessoas acima dos 50 anos (Tabela 7, Figura 16); o grau da escolaridade da população de Areia Branca é: não têm analfabetos, 8 pessoas têm o fundamental, 24 pessoas têm o médio, 8 pessoas têm o superior, não têm nível de mestrado e doutorado (Tabela 8, Figura 17); sobre a situação civil verifica-se que do total pesquisado: 9 pessoas solteiras, 25 pessoas casadas, 2 pessoas viúvas, 2 pessoas separadas e um entrevistado tem união estável (Tabela 9, Figura 18); sobre o número de filhos: 6 pessoas não têm filhos, 1 pessoa com 1 filho, 13 pessoas com 2 filhos, 6 pessoas com 3 filhos, 1 pessoa com 4 filhos, 1 pessoa com 5 ou mais filhos (Tabela 10, Figura 19); a renda familiar: 3 pessoas ganha até 1 salário mínimo, 17 pessoas de 1 até 2 salários mínimo, 15 pessoas de 2 até 5 salários mínimo, 3 pessoas de 5 até 10 salários mínimo e 2 entrevistados mais de 10 salários mínimo (Tabela 11, Figura 20).

Dos problemas de infra-estrutura perguntados, os moradores elegeram respectivamente: em primeiro lugar a educação; em segundo saúde; em terceiro a segurança; em quarto a pavimentação das ruas; em quinto o abastecimento de água; em sexto ligar a rede de transporte.

Dos quatro problemas ambientais citados, a população respondeu que: esgotamento sanitário (Figura 21 e 22) está em primeiro lugar; a degradação do manguezal (Figura 23 e 24) em segundo; os focos de lixo (Figura 25 e 26) em terceiro e; o assoreamento do rio Santa Maria em quarto (Figura 27 e 28).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações levantadas através de visitas técnicas, entrevistas, fotos, questionários e cartas temáticas, forneceram subsídios para compreender a respeito do Povoado Areia Branca. Essa área é mais uma localidade em que o poder econômico, através da manipulação dos setores públicos da administração, tanto municipal quanto estadual, vem se beneficiando no momento que melhor lhe couber, uma vez que as melhorias de infra-estrutura almejadas pela população de menor renda, mesmo sendo em maior número, só são implantadas quando a necessidade chega aos de maior poder aquisitivo, agravando a deficiência na infra-estrutura de educação, saúde, segurança, saneamento básico, transporte, etc.

A questão ambiental também é preocupante no povoado, uma vez que os agentes da especulação imobiliária não se preocupam com a qualidade de vida, nem com a conservação ambiental, alterando a paisagem através de aterramento de lagoas, do desmanche das dunas; do lançamento das águas servidas, poluição as praias; da construção de ancoradouros e residências sobre áreas de preservação, como os manguezais, e a disposição inadequada do lixo (Figuras 21, 22, 23, 24, 25 e 26).

Nesse contexto, verifica-se que os problemas que afetam o povoado deveriam ser discutidos pela população local, no sentido de divulgar para sociedade e solicitar as autoridades competentes, as devidas ações que minimizem, sanem ou evitem tais problemas, uma vez que a qualidade de vida dos moradores dessa área está sendo amplamente comprometida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivo Publico de Sergipe.

CAMPOS FILHO, C.M. **Reinvente seu bairro**. São Paulo: Editora 34, 2003.

CAMARGO, C.P.F. **São Paulo 1975, crescimento e pobreza**. São Paulo: Loyola, 1976.

CARLOS, Ana Fani Alexandre. **A Cidade**. Rio de Janeiro. Ed. Contexto, 1992.

_____, Ana Fani Alexandre. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: ed. Contexto, 2004.

CODESE. **Ortofotocarta da zona costeira do Estado de Sergipe**, 2005.

CORRÊA, Roberto. **O Espaço Urbano**. São Paulo: ed Ática, 1999.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju: Estado & Metropolização**. São Cristóvão: Editora UFS, 1999.

IBGE. Dados estatísticos da população. 2000.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 2 Ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

VAINER, Carlos B. Cidades, cidadelas e a utopia do reencontro – uma reflexão sobre tolerância e urbanismo. In: **Cadernos IPPUR**, ano XII, n. 1, 1998, p. 33-46.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

ANEXOS

ANEXO 01

Figuras



Figura 1: Aracaju no início na década de 1970.



Figura 2: Aracaju no ano de 2007.

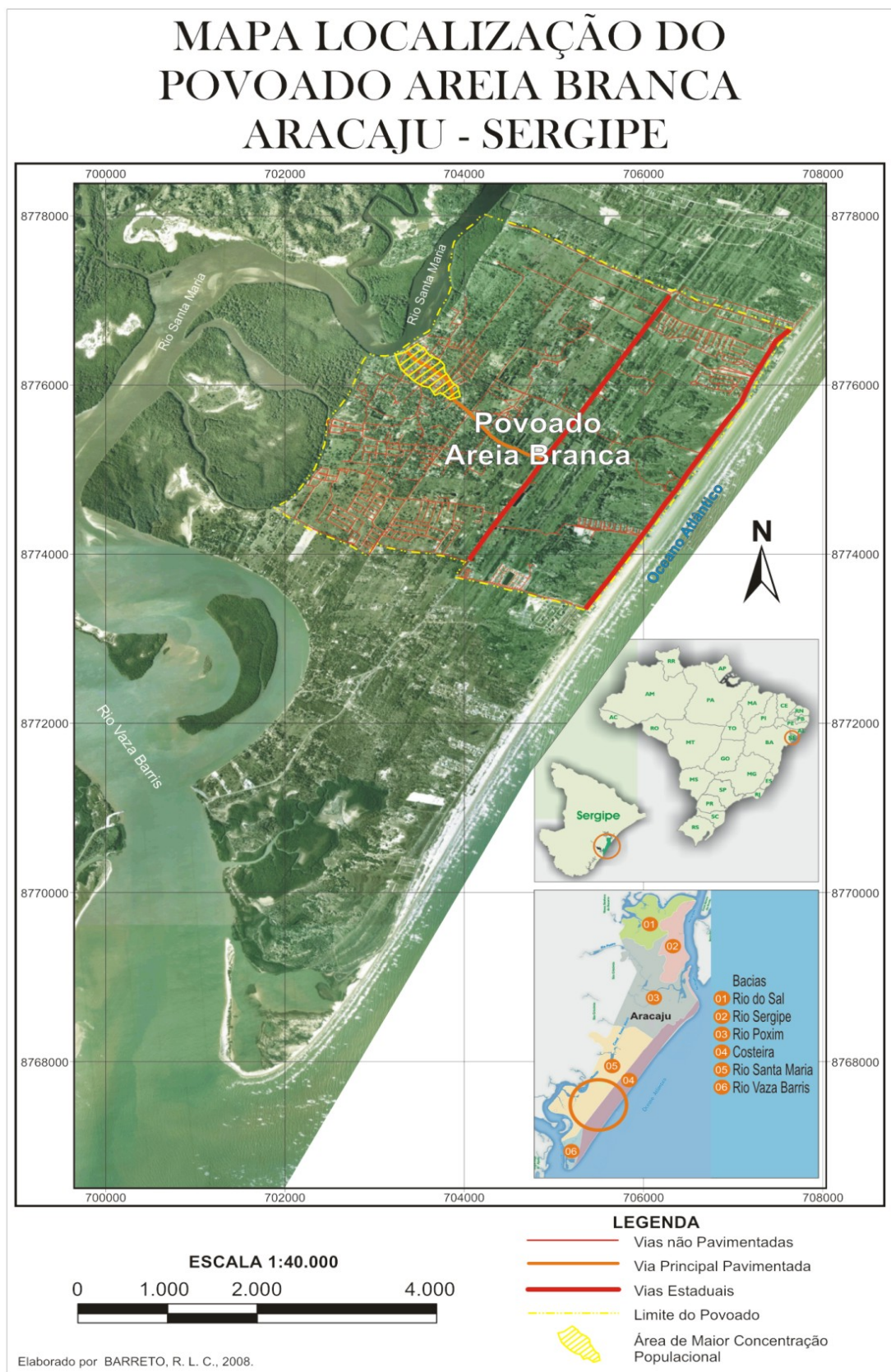


Figura 3: Mapa de localização do povoado Areia Branca, 2008.



Figura 4: Residência da população de alta renda, 2008.



Figura 5: Residência da população de média renda, 2008.



Figura 6: Residência da população de baixa renda, 2008.



Figura 7: Condomínios fechados da população de alta renda, 2008.



Figura 8: Condomínios abertos da população de média renda, 2008.



Figura 9: Parcelamento irregular do solo, 2008.

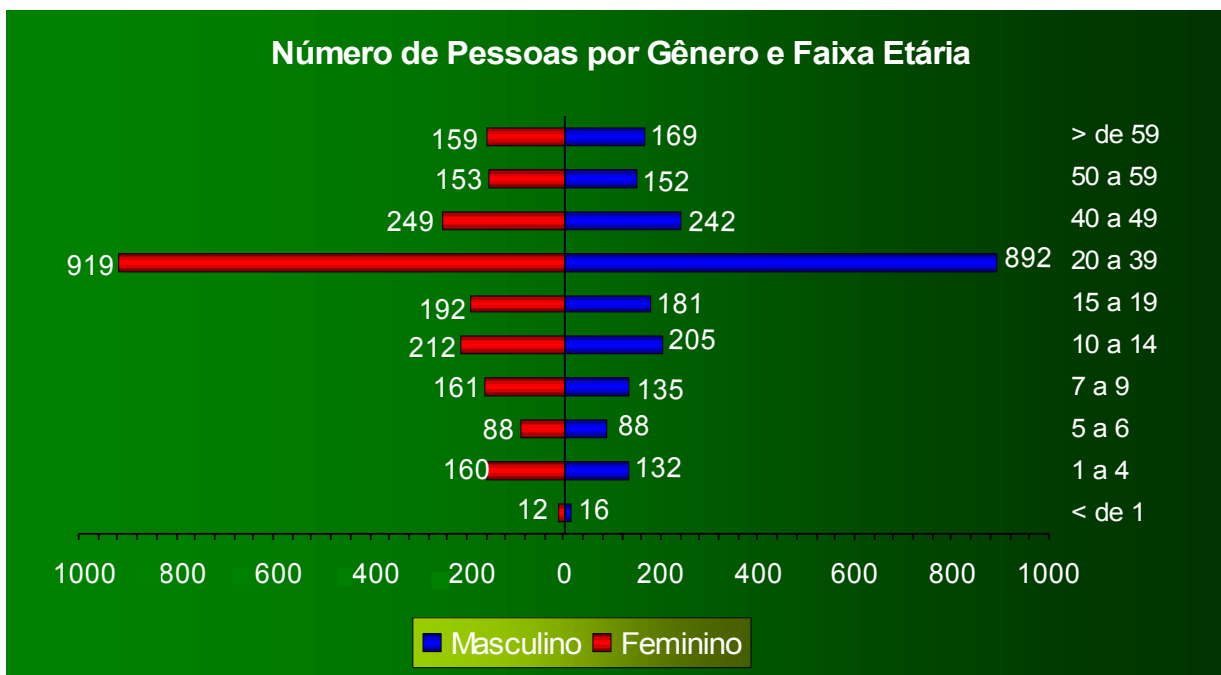


Figura 10: Número de Pessoas por Gênero de Faixa Etária – Absoluta e Relativa do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

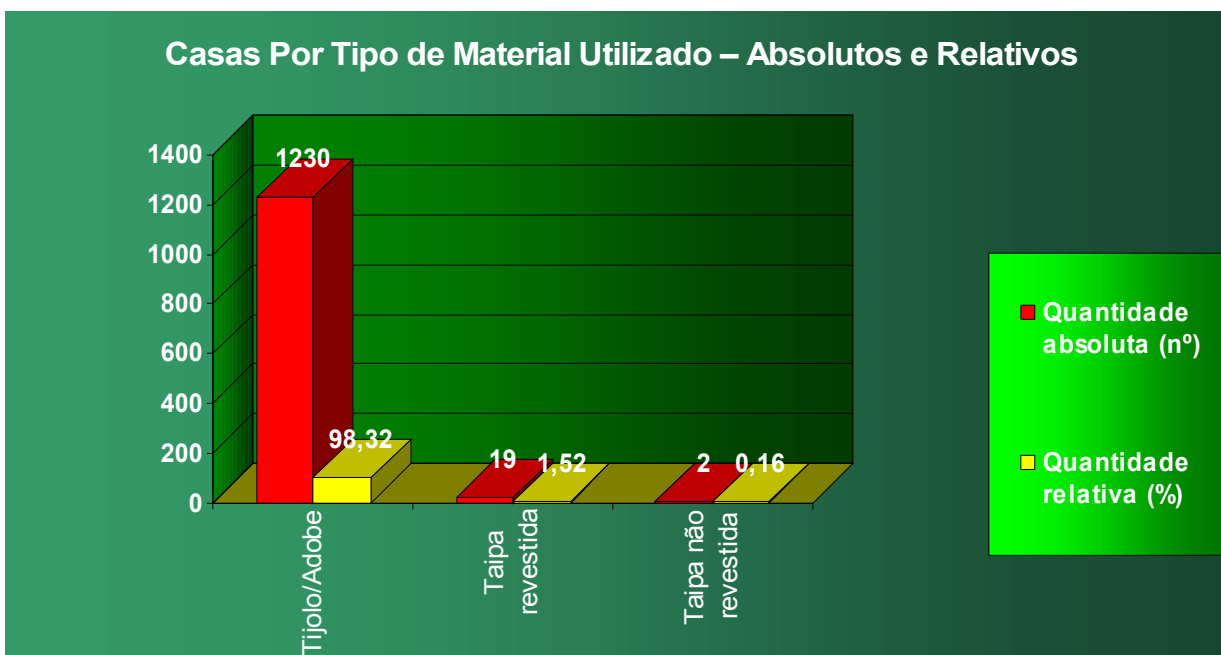


Figura 11: Número de Casas Por Tipo de Material Utilizado– Absoluto e Relativo do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

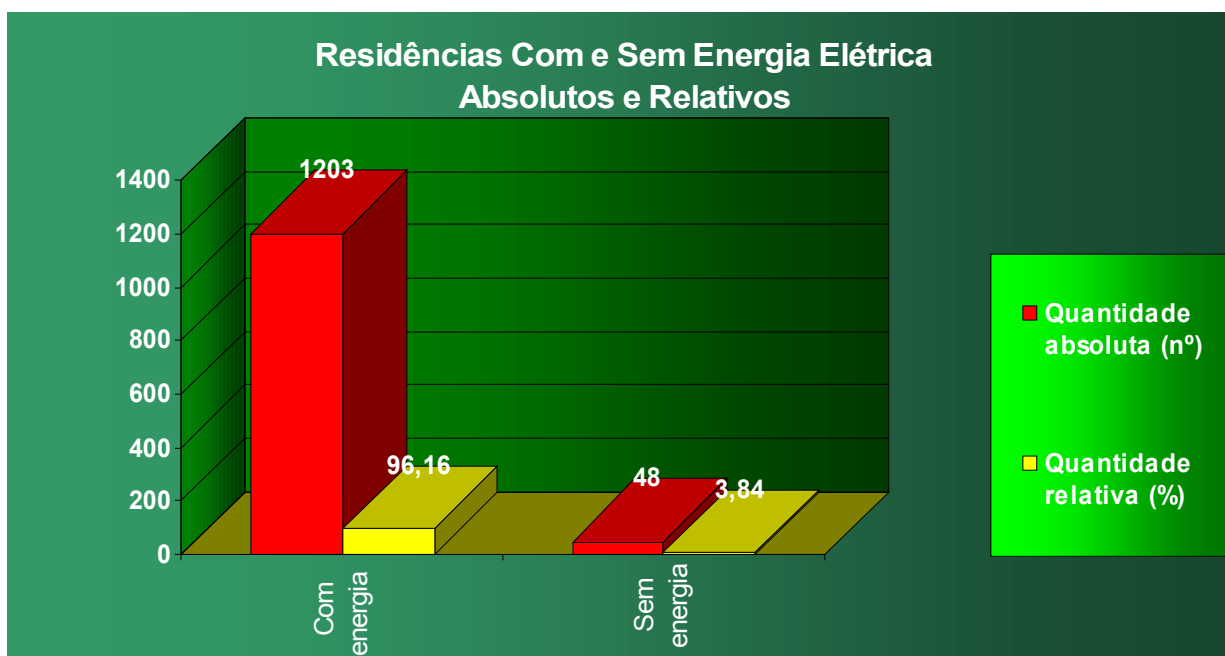


Figura 12: Número de Residências Com e Sem Energia Elétrica – Absoluta e Relativa do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

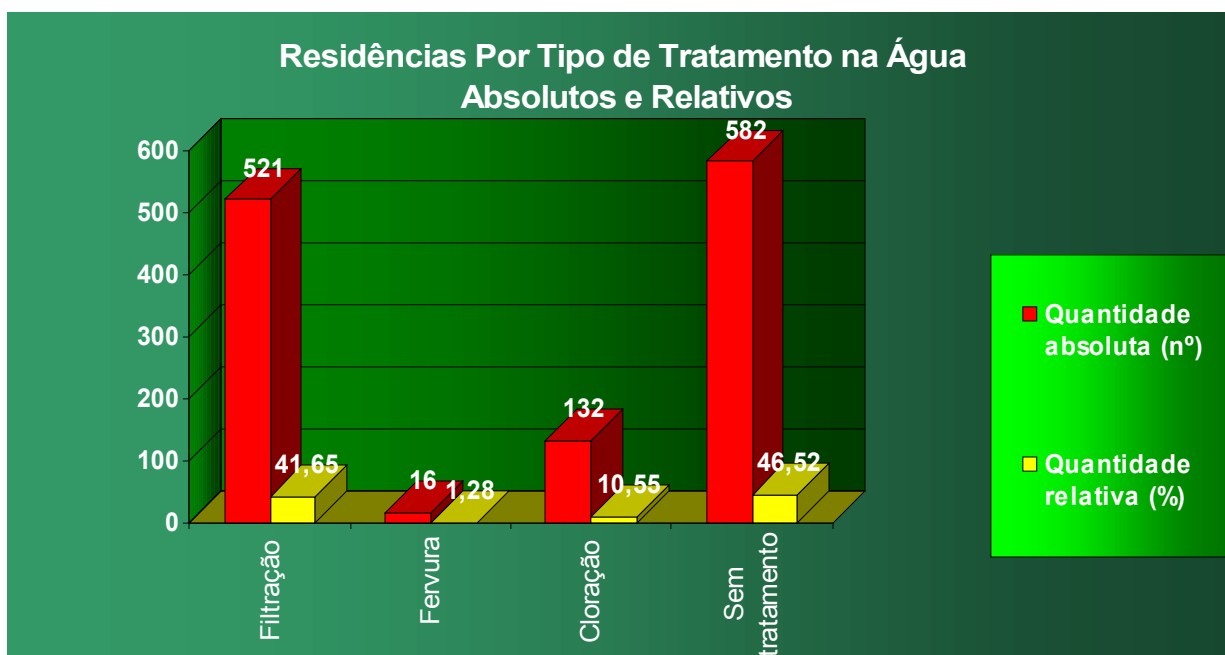


Figura 13: Residências Por Tipo de Tratamento na Água – Absolutos e Relativos do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

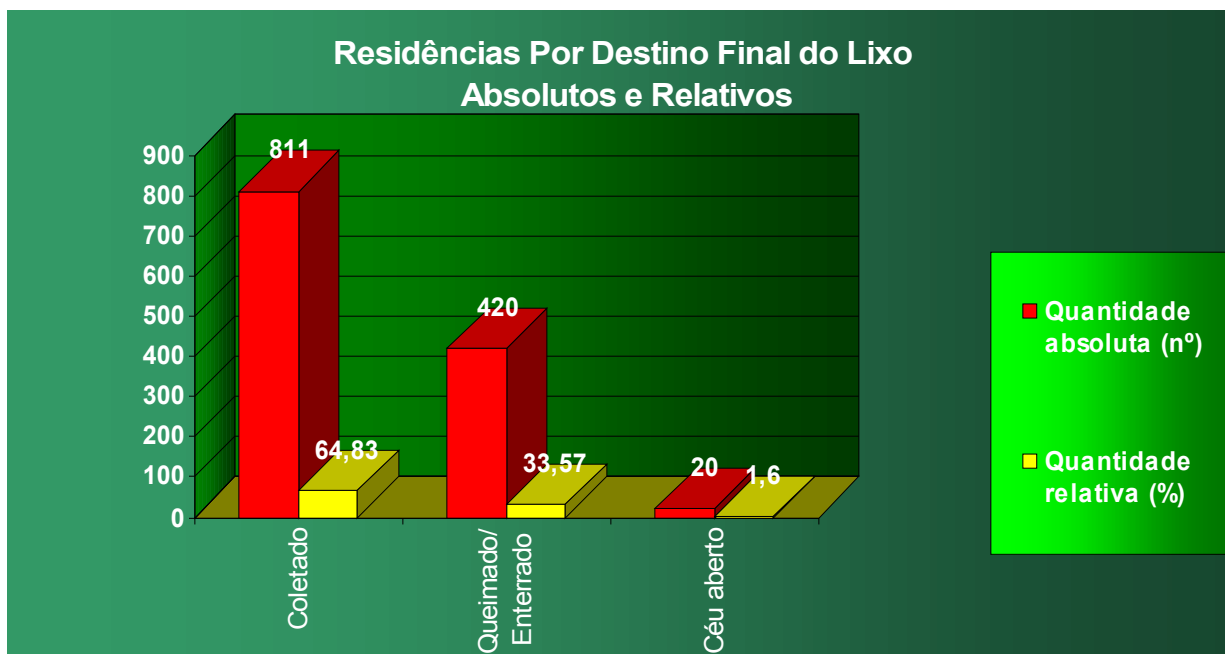


Figura 14: Residências Por Destino Final do Lixo – Absolutos e Relativos do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

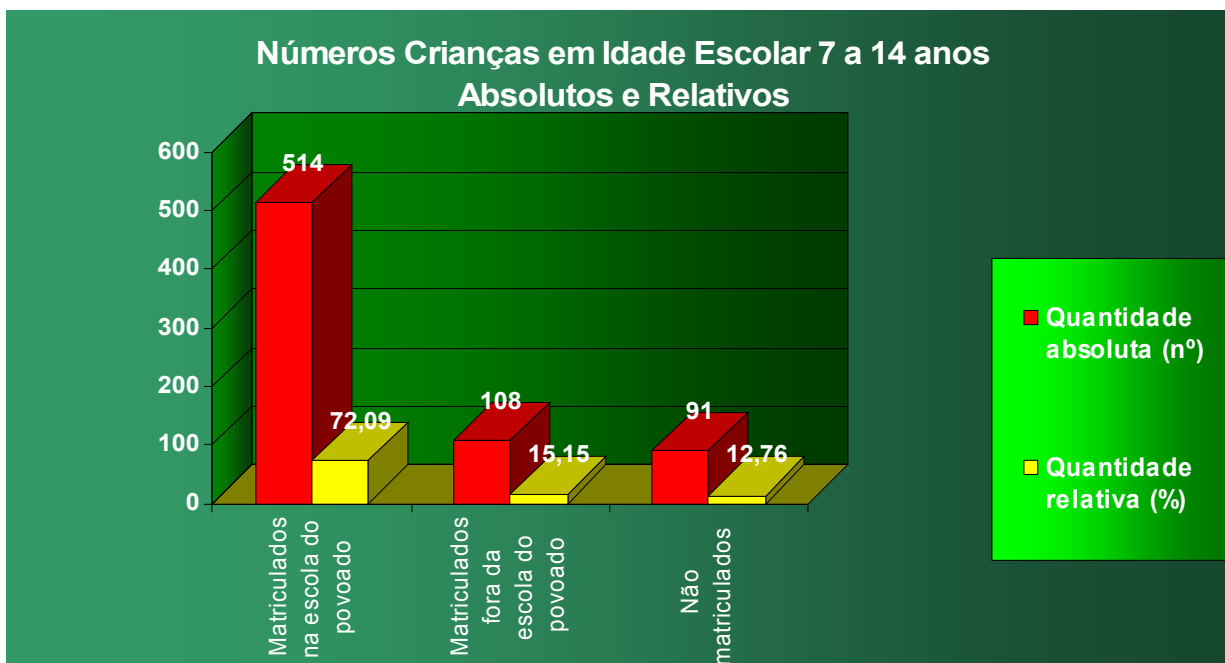


Figura 15: Números Crianças em Idade Escolar 7 a 14 anos – Absolutos e Relativos do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

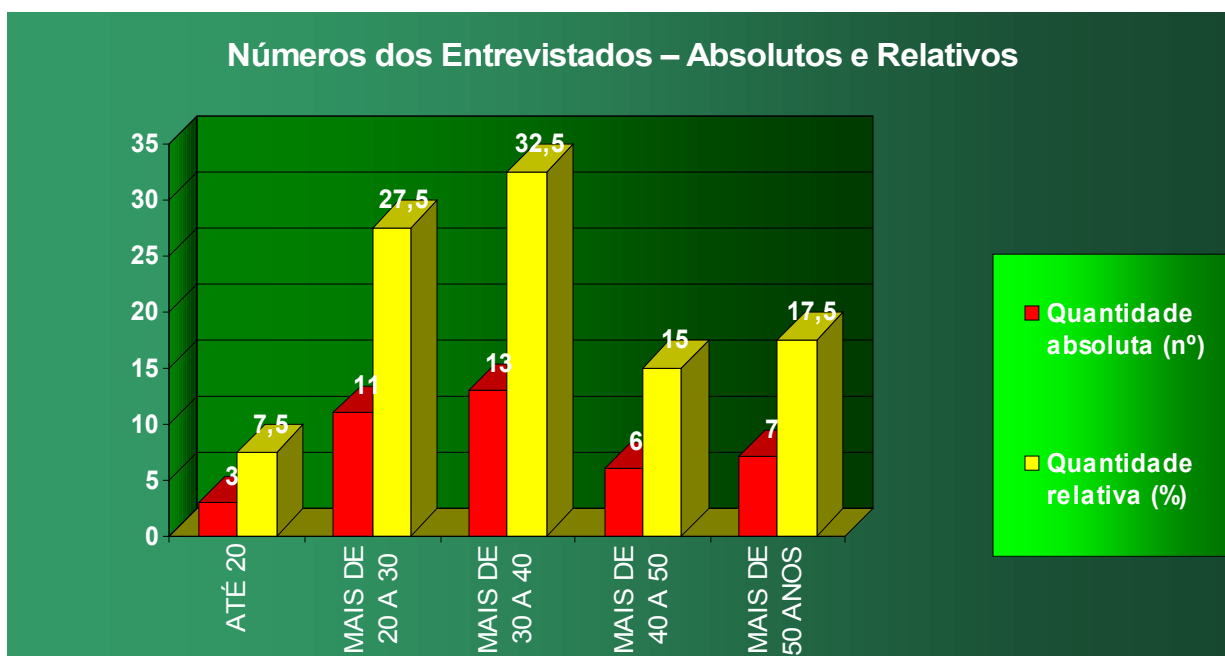


Figura 16: Números dos Entrevistados – Absolutos e Relativos do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

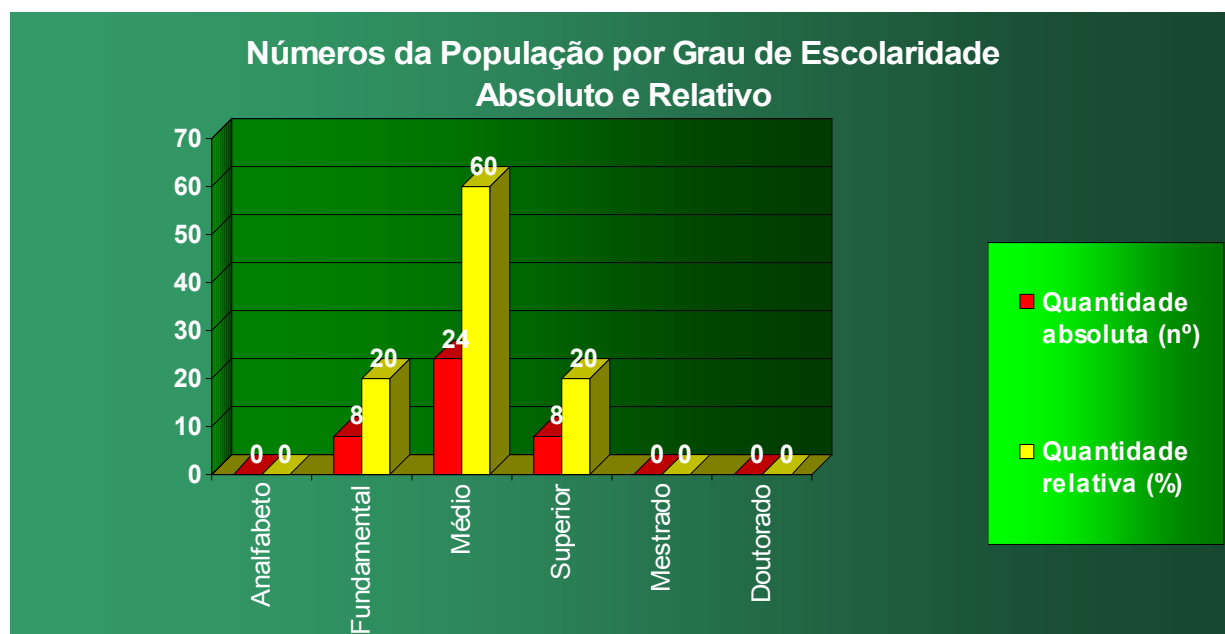


Figura 17: Números da População por Grau de Escolaridade – Absoluto e Relativo do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

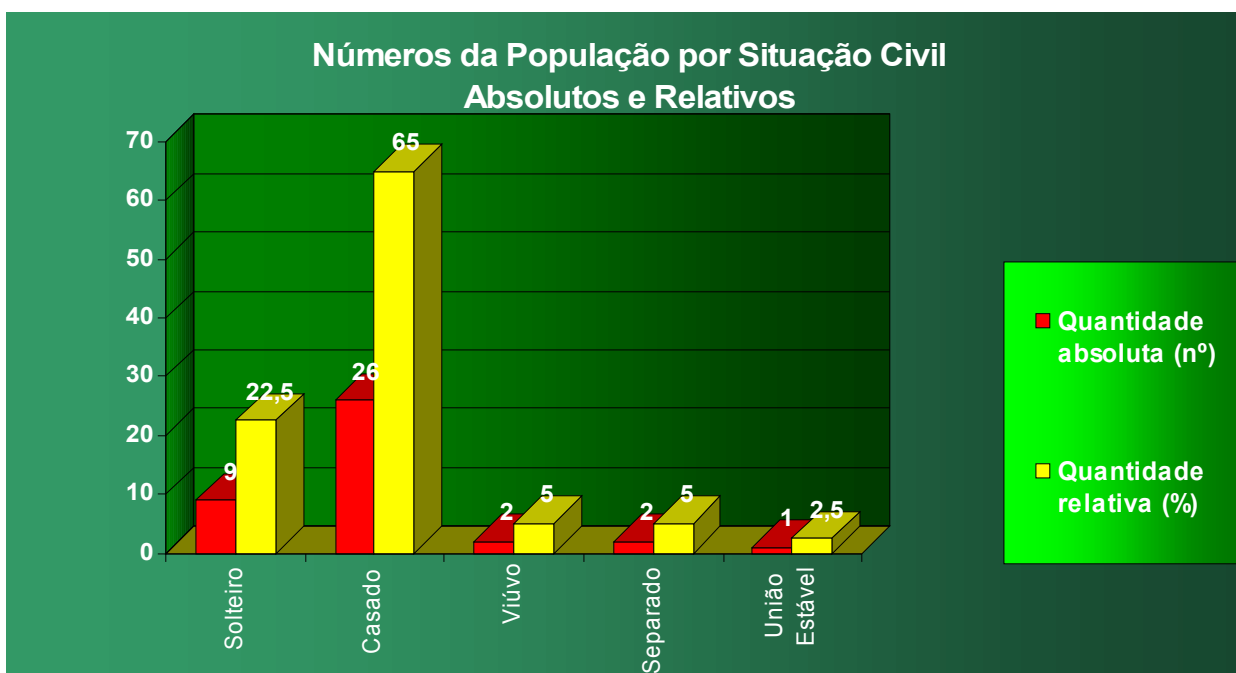


Figura 18: Números da População por Situação Civil – Absolutos e Relativos do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

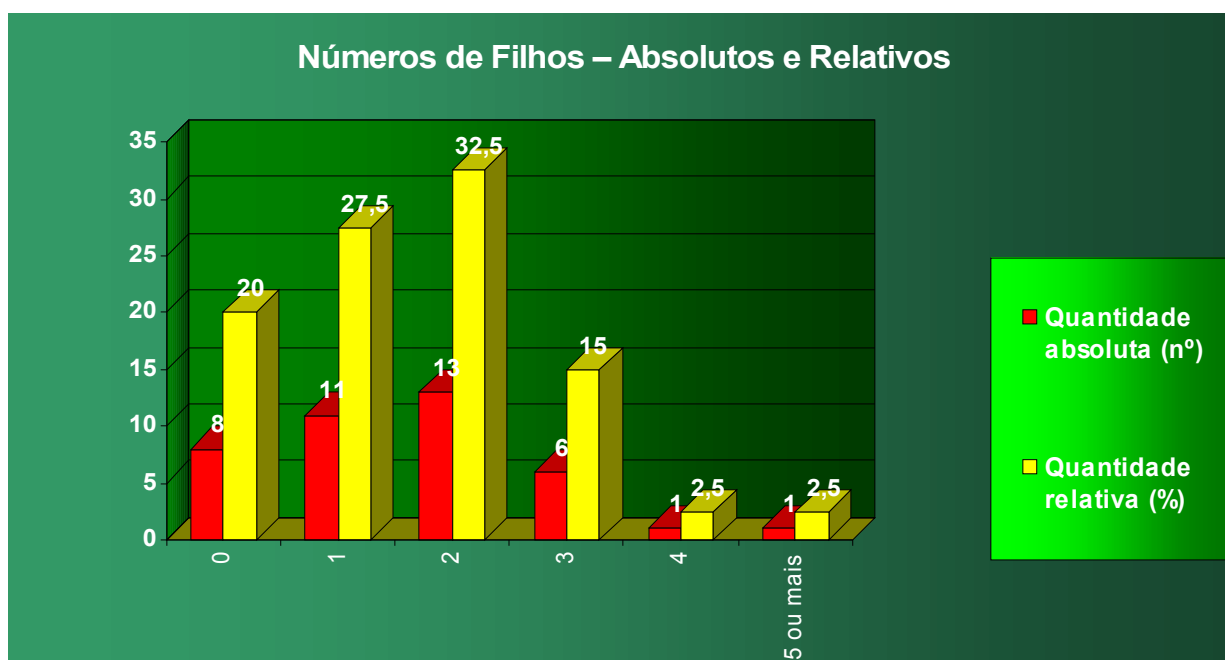


Figura 19: Números de Filhos – Absolutos e Relativos do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

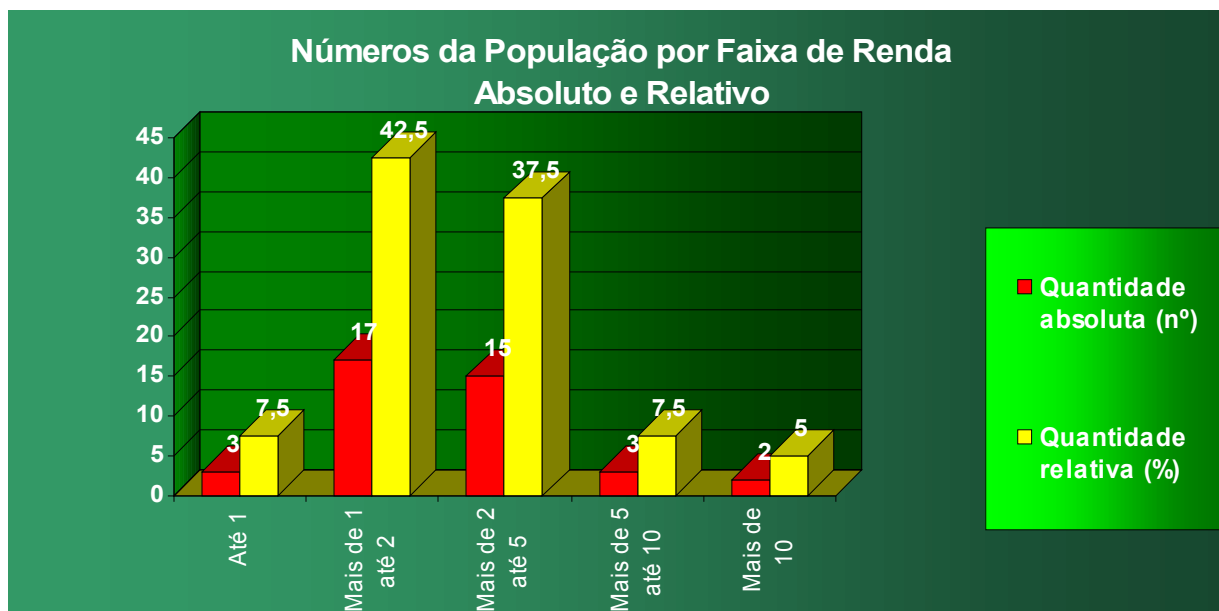


Figura 20: Números da População por Faixa de Renda – Absoluto e Relativo do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.



Figura 21: Esgotamento sanitário lançado na área de atracadouro dos pescadores, 2008.



Figura 22: Esgotamento sanitário camuflado, lançando efluentes no rio Santa Maria, 2008.



Figura 23: Degradação do manguezal, 2008.



(Figura 24: Degradação do manguezal, 2008.



Figura 25: Focos de lixo, 2008.



Figura 26: Focos de lixo, 2008.



Figura 27: Banco de areia provocando o assoreamento do rio Santa Maria, 2008.



Figura 28: Banco de areia provocando o assoreamento do rio Santa Maria, 2008.

ANEXO 02

Questionário

Pesquisa de campo realizada com moradores do Povoado Areia Branca, 2008. N° _____

Dados pessoais:

Nome: _____

Sexo: () M () F	Idade: ____	Naturalidade: _____	UF: ____
-------------------	-------------	---------------------	----------

Profissão: _____

Endereço: _____

Nível de Escolaridade:					
() Analfabeto	() Fundamental	() Médio	() Superior	() Mestrado	() Doutorado
() Incompleto					

Situação civil:					
() Solteiro () Casado () Viúvo () Separado () União Estável					

Dados Familiares:

Numero de () filhos ou de () irmãos se solteiro:					
() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais, quantos: _____					

Renda Familiar:				
() Até 1 Salário mínimo	() Mais de 1 até 2 Salários mínimos	() Mais de 2 até 5 Salários mínimos	() Mais de 5 até 10 Salários mínimos	() Mais de 10 Salários mínimos

Principais Problemas:

Principais Problemas Ambientais:			
() Degradação do Manguesal	() Focos de lixo	() Assorimento do Rio Santa Maria	() Esgotamento sanitário

Principais Problemas de Infra-estruturas:					
() Rede de Transporte	() Segurança Pública	() Educação	() Saúde	() Pavimentação das ruas	() Abastecimento de água

APÊNDICE 03

Tabelas

Tabela 1: Número de Pessoas por Gênero de Faixa Etária – Absoluto e Relativo do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Número de Pessoas por Gênero de Faixa Etária						
Anos	Masculino		Feminino		Total	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo		
< de 1	16	0,72	12	0,52	28	0,62
1 a 4	132	5,97	160	6,94	292	6,47
5 a 6	88	3,98	88	3,82	176	3,90
7 a 9	135	6,10	161	6,99	296	6,55
10 a 14	205	9,27	212	9,20	417	9,23
15 a 19	181	8,18	192	8,33	373	8,26
20 a 39	892	40,33	919	39,87	1811	40,09
40 a 49	242	10,94	249	10,80	491	10,87
50 a 59	152	6,87	153	6,64	305	6,75
> de 59	169	7,64	159	6,89	328	7,26
Total	2212	48,97	2305	51,03	4517	100

Fonte: Dados fornecidos pela Associação de Moradores do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Tabela 2: Casas por Tipo de Material Utilizado – Absoluto e Relativo do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Casas Por Tipo de Material Utilizado		
Tipos	Absoluto	Relativo
Tijolo/Adobe	1230	98,32
Taipa revestida	19	1,52
Taipa não revestida	2	0,16
Total	1251	100

Fonte: Dados fornecidos pela Associação de Moradores do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Tabela 3: Residências Com e Sem Energia Elétrica – Absoluto e Relativo do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Residências Com e Sem Energia Elétrica		
	Absoluto	Relativo
Com energia	1203	96,16
Sem energia	48	3,84
Total	1251	100

Fonte: Dados fornecidos pela Associação de Moradores do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Tabela 4: Residências Por Tipo de Tratamento na Água – Absoluto e Relativo do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Residências Por Tipo de Tratamento na Água		
	Absoluto	Relativo
Filtração	521	41,65
Fervura	16	1,28
Cloração	132	10,55
Sem tratamento	582	46,52
Total	1251	100

Fonte: Dados fornecidos pela Associação de Moradores do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Tabela 5: Residências Por Destino Final do Lixo – Absoluto e Relativo do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Residências Por Destino Final do Lixo		
Destino do lixo	Absoluto	Relativo
Coletado	811	64,83
Queimado/Enterrado	420	33,57
Céu aberto	20	1,60
Total	1251	100

Fonte: Dados fornecidos pela Associação de Moradores do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Tabela 6: Crianças em Idade Escolar 7 a 14 anos – Absoluto e Relativo do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Números Crianças em Idade Escolar 7 a 14 anos		
Localidade	Absoluto	Relativo
Matriculados na escola do povoado	514	72,09
Matriculados fora da escola do povoado	108	15,15
Não matriculados	91	12,76
Total	713	100

Fonte: Dados fornecidos pela Associação de Moradores do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Tabela 7: Números dos Entrevistados – Absolutos e Relativos do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Números dos Entrevistados		
Idade dos Entrevistados	Quantidade absoluta (n°)	Quantidade relativa (%)
Até 20	3	7,5
Mais de 20 A 30	11	27,5
Mais de 30 A 40	13	32,5
Mais de 40 A 50	6	15,0
Mais de 50 Anos	7	17,5
Total	40	100

Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado na pesquisa de campo no Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Tabela 8: Números da População por Grau de Escolaridade – Absoluto e Relativo do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Números da População por Grau de Escolaridade		
Gral de Escolaridade	Quantidade absoluta (n°)	Quantidade relativa (%)
Analfabeto	0	0,0
Fundamental	8	20,0
Médio	24	60,0
Superior	8	20,0
Mestrado	0	0,0
Doutorado	0	0,0
Total	40	100

Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado na pesquisa de campo no Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Tabela 9: Números da População por Situação Civil – Absolutos e Relativos do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Números da População por Situação Civil		
Situação Civil	Quantidade absoluta (n°)	Quantidade relativa (%)
Solteiro	9	22,5
Casado	26	65,0
Viúvo	2	5,0
Separado	2	5,0
União Estável	1	2,5
TOTAL	40	100

Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado na pesquisa de campo no Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Tabela 10: Números de Filhos – Absolutos e Relativos do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Números de Filhos		
Filhos	Quantidade absoluta (n°)	Quantidade relativa (%)
0	8	20,0
1	11	27,5
2	13	32,5
3	6	15,0
4	1	2,5
5 ou mais	1	2,5
TOTAL	40	100

Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado na pesquisa de campo no Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Tabela 11: Números da População por Faixa de Renda – Absoluto e Relativo do Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.

Números da População por Faixa de Renda		
Salários Mínimos	Quantidade absoluta (n°)	Quantidade relativa (%)
Até 1	3	7,5
Mais de 1 até 2	17	42,5
Mais de 2 até 5	15	37,5
Mais de 5 até 10	3	7,5
Mais de 10	2	5,0
TOTAL	40	100

Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicado na pesquisa de campo no Povoado Areia Branca, Aracaju, Sergipe, 2008.